

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL¹

Sandra Helena Joris Bertollo², Maria Simone Vione Schwengber³.

¹ Pesquisa elaborada no curso de Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí.

² Aluna do Curso de Mestrado em Educação nas Ciências, bolsista FAPERGS/CAPES, sandrahj.bertollo@gmail.com.

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Orientadora, simone@unijui.edu.br.

Introdução

No Brasil, desde a origem da luta das mulheres e da primeira conquista significativa - o direito de votar e de serem votadas para cargos no executivo e no legislativo, em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas - muitos combates se deram na tentativa de cravar alguns marcos no campo enraizado da desigualdade social entre homens e mulheres. Ao longo do século XX e do breve XXI, as mulheres travam batalhas por seus direitos, para ocupar lugares públicos, para exercer a cidadania de direito, para garantir melhores condições de vida pública. O processo histórico vivenciado nesse período é ritmado pela busca das mulheres em usufruir de direitos, pelo deslocamento de uma dinâmica, uma práxis que as posiciona no espaço privado, presas ao lar, aos cuidados com a prole. Tudo isso, numa tentativa de desconstruir um discurso que coloca as mulheres numa condição de não sujeito de direito.

A “politização do privado” abre-se como pauta e agenda, e não mais como um dos silêncios da esfera doméstica que caracterizaram, especialmente, o final do século XIX. O reconhecimento do princípio da igualdade entre homens e mulheres consta no documento de criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945 e na Declaração dos Direitos Humanos, em 1948. Entretanto, no panorama mundial, por muitos anos, as políticas ignoraram as relações entre os sexos e, portanto, as questões de gênero.

Neste contexto, esse estudo tem como objetivo compreender a trajetória das mulheres brasileiras, a partir do processo de redemocratização, na busca pela promoção da igualdade de gênero, por meio de políticas públicas com a perspectivas de gênero.

Metodologia

O estudo estabelece um percurso de pesquisa bibliográfica que investiga o processo de inserção das mulheres no mundo público pela via das políticas públicas. Considera sua trajetória na esfera política como efeito da atuação dos movimentos de mulheres e feministas que a partir da redemocratização do país têm se mobilizado e estruturado uma agenda de reivindicações com a intenção de pressionar o Estado a elaborar ações para o enfrentamento das desigualdades de gênero.

Resultados e discussão

A busca da igualdade e o enfrentamento das desigualdades marcam a história das mulheres brasileiras, construída em diferentes espaços, por distintas mulheres, de diversos modos. Com a redemocratização, a partir dos anos 1980, o país experimentou um período profícuo para o

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

“engajamento das mulheres e a construção de suas agendas de reivindicação ao Estado” (PAPA, 2012, p. 25). Centros de estudo, Movimento Feminino pela Anistia e Clubes de Mães, estavam entre as organizações que denunciavam a opressão e reivindicavam melhores condições de vida para as mulheres (PAPA, 2012). Ainda conforme a mesma autora este período foi marcado por mudanças nas políticas públicas. Há a inclusão de diversos atores entre os beneficiários destas políticas, dentre eles, as mulheres.

Começam a surgir sinais de rupturas, deslocamentos nos discursos acadêmicos, das políticas públicas e práticas que passam a incorporar o “conceito de gênero como ferramenta teórico-metodológica e política para problematizar e intervir nos processos que instituem e sustentam desigualdades sociais entre homens e mulheres e autorizam formas de subordinação feminina” (MEYER, 2004, p. 13). Quando se trata dos direitos (políticos, sociais, econômicos) das mulheres é indispensável empregar gênero como categoria analítica para se compreender como a desigualdade foi construída ao longo da história.

Meyer (2004) explica que o modo de teorizar gênero problematizando noções essencialistas (modos de ser) e noções biologicistas (corpo, sexo) resultam em mudanças epistemológicas e políticas. “Nessa perspectiva, as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres são resultantes de construções sociais, culturais e discursivas e não de determinações biológicas. Esta abordagem, em sentido amplo, privilegia representações de homens e mulheres (de feminino e masculino) atravessadas por multiplicidades, provisoriedades e contingências que produzem e/ou ressignificam essas representações (MEYER, 2004).

As sinalizações de reformas que almejavam a promoção da igualdade de gênero, segundo Corrêa e Alves (2010) emergem em 1982, num cenário de eleição direta, com a criação de conselhos estaduais de direitos da mulher e em 1985, com a instituição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Este conselho, conforme destacam os autores agiu decisivamente na mobilização de mulheres durante o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, na qual foi instituído o princípio da igualdade entre homens e mulheres como direito fundamental. Com o CNDM inaugura-se um modo de conceber política pública, caracterizado por dinâmicas complexas de conflito e cooperação entre Estado e sociedade (CORRÊA e ALVES, 2010).

No final dos anos 1990, diante da crise institucional brasileira na arena política e de reconhecidas debilidades institucionais do CNDM, surge a necessidade de uma nova instância no poder executivo com maior autonomia orçamentária, o que levou a criação, em 2002, da Secretaria Especial de Direitos da Mulher (CORRÊA e ALVES, 2010). Houve a permanência da estrutura paralela do CNDM como mecanismo de indução e monitoramento, ambas alocadas na Secretaria Especial de Direitos Humanos. Esse movimento de institucionalização culminou em 2003 com a implementação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com status de ministério, sediada na Presidência da República e a manutenção do CNDM como um órgão de gestão participativa. É esse status de ministério que confere a secretaria uma ministra e não uma secretária.

Compete à Secretaria de Políticas para as Mulheres assessorar a Presidência da República no sentido de transversalizar questões sobre as mulheres no âmbito de outras pastas do governo (secretarias e ministérios) e da sociedade civil. Seu papel é articular para que estas instâncias dêem conta de realizar políticas para as mulheres. Concomitantemente promove campanhas educativas,

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

desenvolve programas e projetos em parceria com organizações nacionais e internacionais. A Secretaria “tem como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente” (BRASIL, SPM, 2015, s.p.).

As linhas de ação que norteiam a Secretaria de Políticas para as Mulheres dizem respeito a Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade. Cabe destacar que a Secretaria de Política para as Mulheres é composta pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, pelo Gabinete da Ministra de Estado Chefe, pela Secretaria-Executiva e por outras três secretarias: Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas.

É neste cenário político, brevemente contextualizado, que se articula a perspectiva de planejamento e de implementação de ações e políticas públicas que favorecem a participação das mulheres no processo de consolidação da cidadania e dos direitos sociais. Entretanto, ações governamentais executadas sem a adoção da perspectiva de gênero desfavorecem a concretização do princípio de igualdade de oportunidades. Neste contexto a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres representa esforços no sentido de traçar políticas e propostas que possam efetivamente contribuir para a redução das desigualdades de gênero.

Este novo ciclo é referendado pela ampliação dos mecanismos de consulta e participação para formulação das políticas prioritárias (CORRÊA; ALVES, 2010). Para exemplificar podem ser mencionadas as três Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, que fomentadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e o CNDM resultaram no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004; no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2007 e, finalmente, a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2011 que desencadeou o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015.

O PNPM 2013-2015 é hoje a principal ferramenta de gestão das políticas públicas no Brasil. É nele que constam os objetivos, as metas, linhas e planos de ação que orientam programas, projetos e ações no âmbito da igualdade de gênero. No PNPM 2013-2015 estão os compromissos de ação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e dos ministérios para o enfrentamento das desigualdades de gênero.

Todavia, Papa (2012) explica que apesar de as políticas públicas para as mulheres serem elaboradas na perspectiva da autonomia e da superação, não refletem, necessariamente, as orientações dos demais atores sociais, políticos envolvidos no processo. Há disputas políticas, negociações, correlações de forças que exigem esforços para que o processo de mudança incorpore a dimensão da igualdade. A adoção de relações que favoreçam a construção da perspectiva de gênero em diferentes políticas setoriais seria uma forma de fortalecer as políticas públicas para as mulheres no interior dos organismos governamentais (PAPA, 2012).

Considerações finais

Desde meados dos anos 1980 as mulheres se organizaram para serem reconhecidas como sujeito político e apresentaram demandas ao Estado para a garantia de seus direitos. Obtiveram conquistas

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

importantes na Constituição Federal, nas estruturas estatais para a elaboração de políticas específicas, como no caso da criação das Secretarias de Políticas para as Mulheres e na elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

A pauta da agenda das mulheres é expressiva, afinal as desigualdades que atingem as mulheres integram um longo processo histórico, estão presentes em quase todas as práticas e campos de atuação. Todavia, a incorporação da perspectiva de gênero pode representar uma luz nas políticas públicas no que tange ao enfrentamento das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Cidadania; Direitos Sociais; Igualdade de Gênero.

Agradecimentos: À FAPERGS e à CAPES pelo apoio financeiro desta pesquisa.

Referências

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>. Acesso em 22 de mar. 2015.

CORRÊA Sonia; ALVES José Eustáquio Diniz. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: perspectivas históricas, CIPD do CAIRO, ODM e os PNPM DE 2004 e 2007. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1276297897_ARQUIVO_Textofazgenero9_Sonia_Jeda_11jun10.pdf. Acesso em 28 de mar. 2015.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. Revista Bras. Enferm., Brasília, DF, jan/fev., 2004, vol. 57, n. 1, p. 13-18. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n1/a03v57n1.pdf>. Acesso em 21 de mar. 2015.

PAPA, Fernanda de Carvalho. Transversalidade e políticas públicas para as mulheres no Brasil – percursos de uma pré-política. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9850/disserta%C3%A7%C3%A3o_FernandaPapa_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20 de mar. 2015.